



ASSOCIAÇÃO JATAIENSE DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE JATAÍ

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: Versão Parcial - 2016

JATAI
2017



ASSOCIAÇÃO JATAIENSE DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE JATAÍ

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: Versão Parcial - 2016

Relatório de Avaliação Institucional
apresentada ao Centro de Ensino Superior de
Jataí - CESUT em atenção ao art. 11, da Lei
Federal nº 10.861/2004 e Portaria nº 005/2015-
2, expedida pela Secretaria Acadêmica do
CESUT

JATAI
2017

MEMBROS DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Portaria nº 005/2015-2, a CPA (Biênio 2015-2017)

Prof. Renato Luiz Barbosa Brandão
Representante docente de Direito
Coordenador

Prof.^a Vanessa Souza Lobato
Gestora do Curso de Administração

Prof. Gerson Santana Arrais
Gestor do Curso de Direito

Prof.^a Viviani Ferreira da Cunha
Representante Administrativo

Prof.^a Arquidânia Lázara F. M. e Souza
Representante docente de Administração

Luiz Inácio Schneider
Representante discente de Direito

José Carlos da Silva Neto
Representante discente de Administração

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 PRINCÍPIOS E ORIENTADORES AVALIATIVOS	5
3 DA NECESSIDADE DA POLÍTICA DE AVALIAÇÃO PRÓPRIA	8
4 AVALIAÇÃO BIÊNIO 2015/2017	10
4.1 LEVANTAMENTO DE DIAGNÓSTICO	10
4.1.1 Diagnóstico com colaboradores administrativos, secretaria, biblioteca e zeladoria	11
4.1.2 Diagnóstico com docentes.....	12
4.1.3 Diagnóstico com discentes	13
4.1.4 Considerações sobre os resultados:.....	15
4.2 SUGESTÕES DE MELHORIAS CONVERGENTES ENTRE MEMBROS DA COMUNIDADE ACADÊMICA	17
5 RESULTADO DO ENADE	19
6 POSTURA INSTITUCIONAL EM RELAÇÃO AO RELATÓRIO PRELIMINAR ..	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS	<u>21</u>
REFERÊNCIAS	<u>24</u>
ANEXOS	24

1 INTRODUÇÃO

O presente documento é apresentado como resultado do autoexame realizado pela Comissão Própria de Avaliação do Centro de Ensino Superior de Jataí – CESUT, no biênio 2015/2017. Como se observará, parte-se inicialmente da exposição principiológica como prefácio dos instrumentos indutores da autoanálise e da importância da avaliação própria como contraditório aos métodos avaliativos governamentais, além de demonstrar a sua relevância no contexto regionalizado.

Adiante questionamos os próprios métodos avaliativos no conjunto de políticas da IES e como a institucionalização da avaliação própria passa pela necessidade de maior ampliação dos espaços de debate. Essa análise procura responder se o autoexame deve ser prática construtiva no ambiente acadêmico e, portanto, diretiva dos valores institucionais, os quais orientam o planejamento prático.

Explicados os métodos de avaliação do atual biênio, passa-se a inquirição e demonstração dos resultados efetivos no levantamento de dados, cuja diagnose é apresentada com auxílio de gráficos. Os mesmos resultados são submetidos à crítica e seguidas das sugestões de melhoria convergentes entre os membros da comunidade acadêmica.

A avaliação não pretendeu ser exaustiva, porquanto limitada por elementos da perquirição e eventual resistência participativa, não obstante tenha buscado atingir o máximo de profundidade científica, a garantir sobre os dados a maior efetividade quanto às propostas de melhoramento e a necessidade de engajamento coletivo na promoção do desenvolvimento institucional.

Fugiu-se da apresentação de relatório em formato empresarial, dada à necessidade de formular indagações de caráter científico, cujas respostas melhor se enquadram na estrutura aqui apresentada. Com essa ótica, os postulados aqui tratados são seguidos de importantes referenciais teóricos, buscando-se na escrita do documento uma leitura fácil e ordenada, esperando que seus postulados sejam facilmente apreendidos por qualquer interessado em conhecer os resultados da avaliação.

2 PRINCÍPIOS E ORIENTADORES AVALIATIVOS

Não há como negar o surgimento de um mercado educacional fortemente influenciado pelo capitalismo e pela economia globalizada, o qual vem reformando o ensino superior intensivamente, cujos reflexos imediatos são o surgimento vertiginoso de novas instituições, a ampliação de matrículas, a diversidade de instituições, aumento da procura por financiamentos e fomentos estudantis, mudanças do perfil dos estudantes, maior acesso a grupos minoritários, concorrência entre instituições, instauração de conflitos pelas diversidades culturais, etc.

Acreditar-se-ia que tais mudanças representassem melhorias no ensino, porém, contraditoriamente, ao buscarem se ajustar as exigências do mercado, as instituições assumiram um enfoque utilitarista, traduzindo-se quase sempre em valores de competitividade, produtividade e eficiência, cujo êxito tem sido duvidoso (DIAS SOBRINHO, 2005).

No cenário de mudanças e rupturas abruptas nas esferas econômicas e sociais, surgem métodos de avaliações realizadas pelos governos que emergem quase sempre como instrumento de controle do ensino. O sustentáculo argumentativo para isso, disfarçadamente, seria a nobre intenção de assegurar a qualidade do ensino e sua expansão por critérios politicamente definidos e sem a participação das instituições, cujo lastro é baseado exclusivamente em critérios globais. Negativamente, o modelo governamental tem sido pragmaticamente caracterizado por uma avaliação externa, regulatória, hierarquizada, pseudo busca pela eficiência, produtividade e o estabelecimento de *rankings* com o nefasto efeito comparativo entre as instituições, prejudicando em sua maioria as pequenas instituições públicas ou privadas (CATANI; OLIVEIRA; DOURADO, 2002).

Em contraposição às avaliações governamentais, outro modelo exsurge e deve acontecer no interior das instituições com ênfase no processo de “autoavaliação”, sempre alicerçado em princípios de participação e de gestão democrática das instituições. Frisa-se ser esta uma perspectiva de avaliação de natureza mais interna, de orientação formativa e processual, que tem correlação direta com a transformação qualitativa e no papel da IES como produtora de cultura e conhecimento (AFONSO, 2000; CONTERA, 2002).

Justamente pelo ensino possuir caráter eminentemente público (artigos 6º e 205, da CF), as avaliações internas constituem importante caminho para a qualidade das instituições de ensino, exigindo permanente diálogo a sugerir a participação de toda comunidade acadêmica e, por vezes, da comunidade local em que se insere a IES.

Sendo o País, uma democracia, a participação é fundamental para a socialização e democratização dos processos que visem o fortalecimento institucional, tendo em mente que o processo de educação somente é realizado perfeitamente quanto há envolvimento de todos os atores, enquanto membros da instituição, mediante envolvimento solidário e comprometido com as mudanças de enfoque qualitativo.

A construção histórica das instituições de ensino superior é cercada por uma realidade dinâmica e complexa. Nesse cenário, o processo avaliativo é considerado um fenômeno polissêmico e plurirreferencial, visto que atribui valor absoluto e objetivo aos métodos numéricos e seus efeitos, o que pode esconder uma dinâmica: de que o campo social é penetrado de valores, interesses e conflitos (DIAS SOBRINHO, 2004).

Instrumento de formação, as avaliações locais pretendem ser mais aprofundadas, rompendo com os padrões de controle estatal, como atividade que desencadeia mudanças na cultura das instituições de ensino. Pela realização de práticas avaliativas são conhecidas as características regionais e locais, os contextos institucionais específicos e as culturas acadêmicas, as quais podem optar por selecionar os ritos e técnicas que combinam quantitativa e qualitativamente (FERNANDES, 2006). O objetivo específico é desvendar elementos mais aprofundados da relação de ensino de modo a transformar o ambiente acadêmico a garantir-lhe aspecto dinâmico e socialmente relevante.

Os modelos avaliativos não podem ser “prontos”. Devem, ao contrário, se desenvolver por meio de agentes internos, seus principais destinatários. É preciso uma avaliação que prime por uma metodologia ativa e dialógica que promova o envolvimento no debate com reflexões sobre o que fazer, como fazer e como acompanhar as ações. Os atritos e congestões são elementos essenciais dessa metodologia avaliativa, sendo instrumento primeiro de autorregulação (FELIX, 2008). Portanto, não podem ser vistos negativamente e muito menos silenciados, pois o ensino quase sempre é cercado de questionamentos e ponderações de contradição e confronto.

Passo importante foi a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861/2004, cuja finalidade indicada no seu texto é a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. Os propósitos da Lei parecem evidenciar o caráter público do ensino,

ainda que particulares possam exercer o *munus*, tornando maior a responsabilidade das instituições privadas.

Exige-se para tanto que haja permanente abertura para definição de políticas institucionalizadas que permitam a coleta de informações da realidade institucional, ampliando os ambientes de debate e participação, bem como a criação de canais de expressão social e reivindicações de melhorias. Essa percepção vai ao encontro do que dispõe o inciso III, do artigo 206, da Constituição federal ao dizer que:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

[...]

II - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

Para tanto, o presente relatório demonstrará o produto do processo avaliativo elaborado pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, para o biênio 2015/2017. O levantamento de dados se deu a partir de questionário indutor, o qual foi elaborado com base nas principais demandas da IES.

Nesta altura, cabe ponderar que a metodologia de levantamento de dados teve como referência preliminar os critérios avaliativos governamentais, bem como formas de indução de outras instituições públicas e privadas, mas não deixou de apreciar as questões próprias do contexto em que a IES está inserida. Não se afastam eventuais críticas ao método, evidenciadas no curso do processo pelas peculiaridades do processo de levantamento de dados ou mesmo, pela ausência de política oficialmente institucionalizada com a metodologia de avaliação acessível e compreensível à comunidade acadêmica, o que será tratado em capítulo próprio do relatório.

A apresentação dos resultados se dará atrelado aos referenciais teóricos de lastro, os quais pretendem demonstrar o grau de satisfação da comunidade acadêmica com os rumos tomados pela IES, apresentando críticas e sugestões para melhorias das condições de ensino, comunicação e trabalho. Fugiu-se da crítica meramente sintomática para uma abordagem que apresentassem propostas de melhoria. Assim, as observações negativas são seguidas de sugestões para os avanços dos métodos e ampliação dos debates e participação.

3 DA NECESSIDADE DA POLÍTICA DE AVALIAÇÃO PRÓPRIA

Como as ações de avaliação passaram a subsidiar os processos de credenciamento e reconhecimentos de IES, o desempenho demonstrado objetivamente através das ações de avaliação por meio de performance positiva passou a ser pressuposto a sobrevivência institucional. A questão é afirmada no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, que obriga as instituições a implantarem mecanismos estáveis e regulares de avaliação e planejamento institucional. Há evidente importância de que, além de cumprir a legislação, seja assegurada a credibilidade das ações de desempenho acadêmico e comprometimento público da IES.

Não obstante o CESUT venha repetidamente realizando avaliações atendendo as determinações avaliativas governamentais, identificou-se a necessidade de que ações de autoavaliação sejam estabelecidas de modo institucionalmente permanente. Além disso, as autoanálises devem ser acompanhadas de maior publicidade e transparência, a fim de que toda a comunidade acadêmica tome conhecimento do resultado crítico avaliativo e das medidas adotadas para resolução de problemas (CATANI; OLIVEIRA; DOURADO, 2002).

O desafio, portanto, é tornar a avaliação própria um processo estável, institucionalizado e com permanente exame de autoconsciência coletiva pela comunidade *cesutiana*, tornando-o instrumento efetivo de planejamento para melhoria da IES. Passaria inicialmente pelo reconhecimento da inexistência de mecanismos prontos e perfeitos de avaliação, sendo necessário exercício dialógico de avaliação e planejamento institucional, os quais se aperfeiçoam com as trocas de experiências e saberes entre direção, coordenações, colegiados, docentes, discentes e colaboradores administrativos.

Mister, pois, a apresentação de formulado teórico em documento institucional que formalize os princípios que nortearão as rotinas avaliativas e torne público o caráter acessível para o debate acadêmico. Salienta-se, que as iniciativas de avaliação institucional do CESUT não foram tomadas somente a partir do biênio atual, porém se acumula com experiências já desenvolvidas pelas comissões anteriores, as quais também permitem identificar as principais dificuldades e desafios para a sua consolidação crescente. Assim, a criação de uma política documentada é postura crítica e de melhoria dos métodos de avaliação da instituição.

Com essa premissa, se evitou a simplificação dos problemas apenas no nível de operacionalização da IES, aprofundando-se o debate para a questão do ensino, pesquisa e aperfeiçoamento do processo de conhecimento, missão maior do CESUT. Conclui-se que, a toda evidência, é imperioso para a instituição: a) a elaboração de documento com as políticas de autoavaliação; b) a disponibilização da metodologia e de canais críticos de avaliação à

comunidade acadêmica, e; c) tornar público o resultado da autoavaliação e planejamento dele decorrente à comunidade acadêmica.

4 AVALIAÇÃO BIÊNIO 2015/2017

4.1 LEVANTAMENTO DE DIAGNÓSTICO

O processo de avaliação para o biênio teve como matriz o diálogo com comunidade acadêmica, via instrumento indutor de problematização. Foi elaborado questionário a fim de considerar elementos gerais e a partir deles iniciar diálogo crítico qualitativo, o qual acompanha o relatório nos Anexos. A metodologia é comum em muitas instituições como processo permanente e serviu de parâmetro inicial para as discussões autocríticas. Não se espera resultado matemático, porque no debate dialógico não há busca por resultado métrico ou equação exata, mas resultado proeminente de formatação crítica.

Propositamente a discussão visava provocar a participação democrática, coletiva e discursiva, ao invés dos frios questionários limitadores. As várias questões suscitadas deveriam ser levantadas por critérios de satisfação e crítica, mediante perguntas de grau, sendo: Totalmente satisfeito (TS), Satisfeito (S), Não sabe (NS), Insatisfeito (S) e Totalmente insatisfeito (TI). O não uso de expressões como “regular”, “parcial”, “médio” foi atitude propositada para evitar o conformismo e forçar o pensamento crítico e o exame de autoconsciência para uma reflexão aquecida e propositiva.

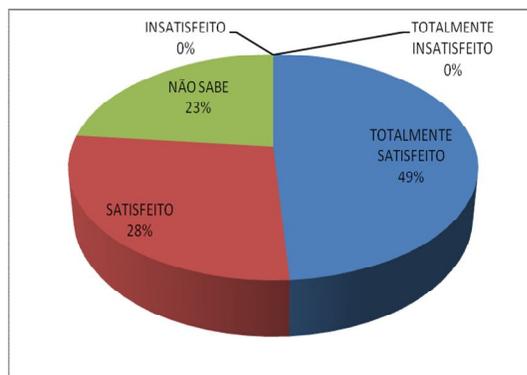
A coleta dos votos foi feita por aclamação, com a pergunta de justificativa pelo coletor, tanto sob viés positivo ou negativo. O questionário indutor acabou por provocar o desejo de manifestação e, por consequência, de elogios ou críticas aos caminhos da IES. Após o debate, o coletor das informações dirigia o diálogo para apresentação de sugestões de aperfeiçoamento das atividades acadêmicas/administrativas.

Inicialmente houve dificuldade dos atores com o tipo de dinâmica apresentada e a necessidade de participação e votação coletiva, como por exemplo, críticas específicas acerca da pouca compreensão das perguntas e itens de resposta. Contudo, com o desenrolar do jogo de perguntas e respostas, o diálogo foi evoluindo para a suscitação de elogios, problemas e soluções. Os pontos positivos, negativos e as proposições acerca do método de levantamento de dados foram anotados pelo coletor das informações.

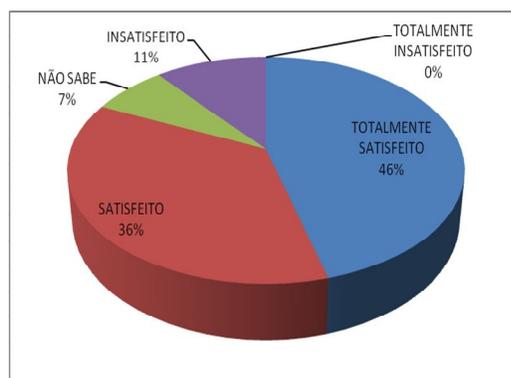
Esclareça-se que o bloco de perguntas para indução ao diálogo foi selecionado de acordo com a atividade desempenhada pelo grupo específico da comunidade acadêmica cuja composição será demonstrada nos gráficos apresentados nos itens abaixo.

4.1.1 Diagnóstico com colaboradores administrativos, secretaria, biblioteca e zeladoria

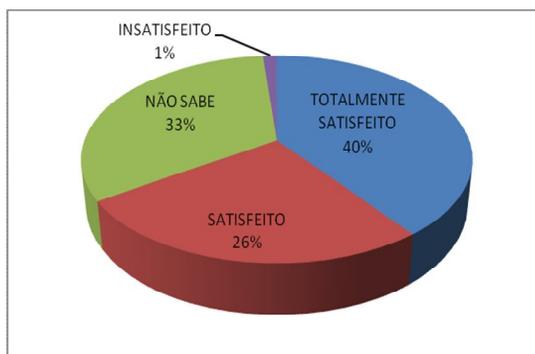
a) Quanto à comunicação e informação:



b) Quanto ao ambiente de trabalho:

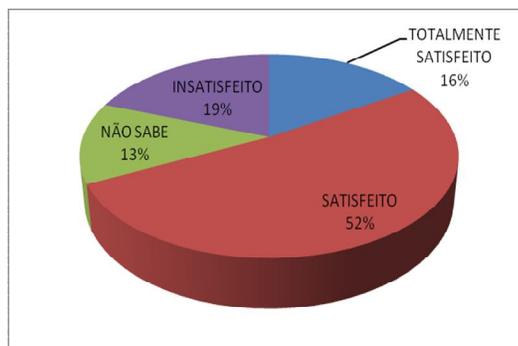


c) Quanto à organização e objetivos institucionais:

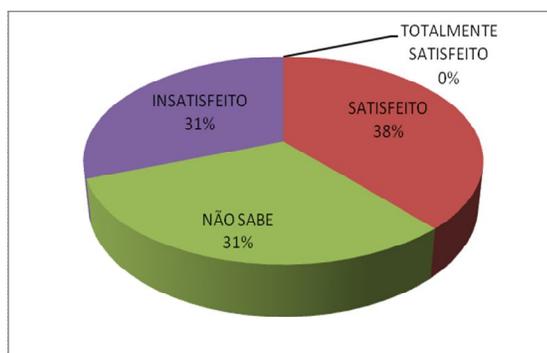


4.1.2 Diagnóstico com docentes

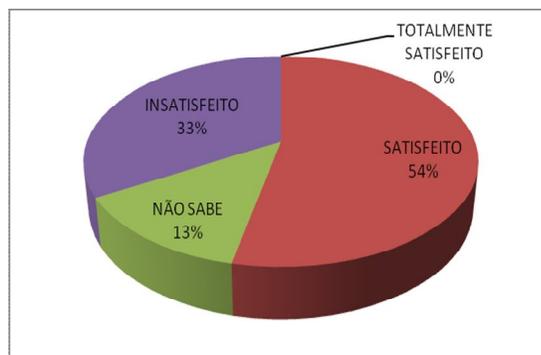
a) Quanto ao Ensino

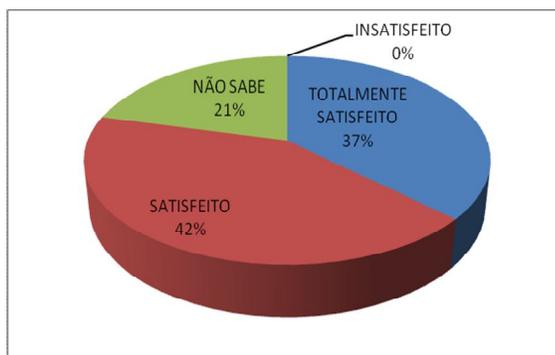
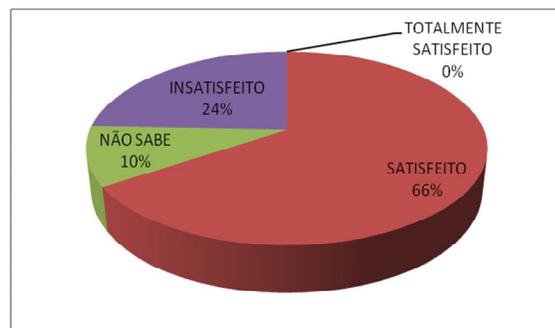
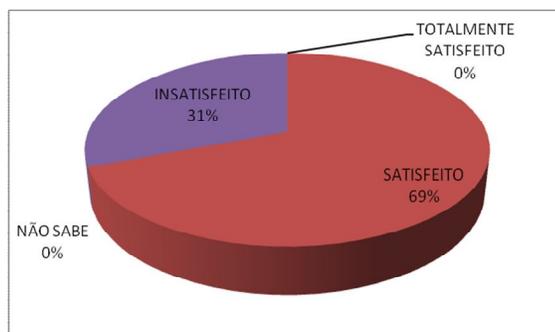


b) Quanto à Comunicação e Informação

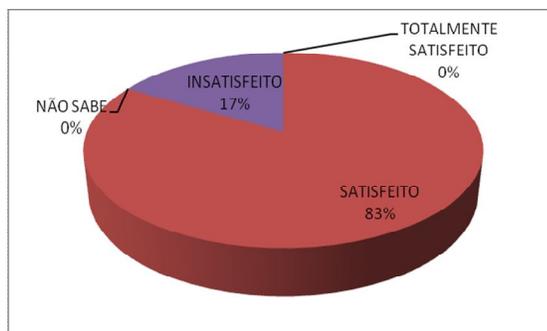


c) Quanto à Pesquisa e Atividades Extra-Curriculares:

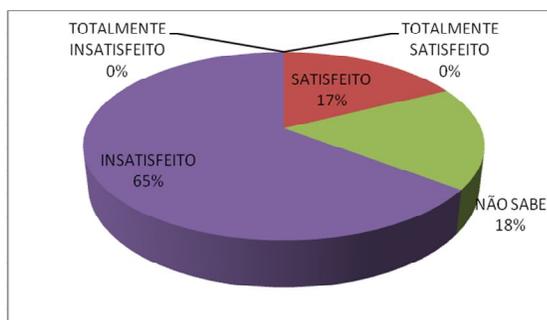


d) Quanto à Organização e Objetivos Institucionais:**4.1.3 Diagnóstico com discentes****a) Quanto ao Ensino:****b) Quanto à Pesquisa e Biblioteca:**

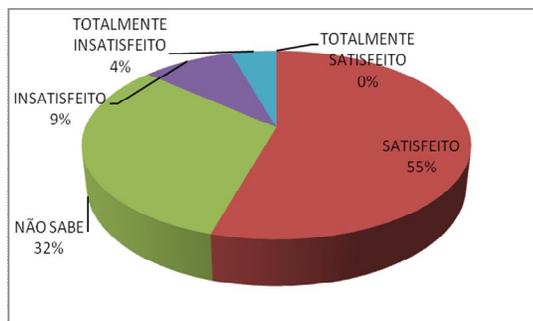
c) Quanto à Prática em Assistência Jurídica, Empresa Modelo ou Similar de Extensão:



d) Quanto à Comunicação e Informação:

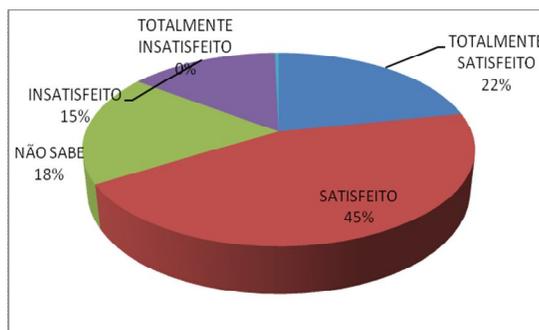


e) Quanto à Organização e Objetivos Institucionais:



4.1.4 Considerações sobre os resultados:

O resultado das apurações demonstra percentuais superiores de satisfação, compreendendo que se evitou adoção de parâmetro regular de apuração. Veja-se:



Mesmo assim, é possível perceber que em alguns itens averiguados registraram-se índices altos de desaproço os quais chamam a atenção e alertam a IES a adotar medidas que possam superar as dificuldades tratadas. Como a aferição ocorreu coletivamente, não houve exclusão de nenhum dos elementos autocríticos, demonstrando que a compreensão da situação geral é de muito boa avaliação da instituição, cujos elementos serão apresentados adiante.

Negativamente, quanto à comunicação, vê-se que os discentes têm nesse ponto nevrálgico a pior avaliação, o que serve de orientação para mudanças estruturais de maior participação desses membros da comunidade acadêmica. Esse tema também foi aventado dos demais entrevistados, recomendando medidas para resolução dos problemas de acesso a canais de abertura para reivindicações e melhorias, como por exemplo, a criação de uma ouvidoria.

Elementos importantes do diálogo aventaram o difícil fenômeno de inserção dos acadêmicos no mundo das ciências dos cursos a que pertencam. A severa dificuldade social em que a maior parte destes estudantes está inserida e o perfil do estudante foram tratados coletivamente como grave problema, o qual a IES precisa encontrar meios para uma melhor capacitação dos envolvidos no processo de ensino. Pesa em desfavor desta análise a ausência de levantamento quantitativo que evidencie o real perfil dos ingressos nos cursos, cuja percepção se deu exclusivamente no campo meramente opinativo de acordo com a troca de experiências e saberes entre docentes, discentes e colaboradores administrativos.

O levantamento do problema pelos próprios estudantes, atrelado a queixa frequente dos docentes da constatação de déficits graves na formação pré-acadêmica, como na escrita, interpretação de textos e produção científica (Direito), para cálculos simples, interpretação e compreensão da dinâmica de mercado (Administração), faz com que a Comissão levante a questão como primordial para a elevação da qualidade institucional. É que a busca Nacional da inserção social, compreendida aqui sob a ótica da exclusão-inclusão, tem sido evidenciada cientificamente como triste realidade em que os estudantes de baixa renda não têm reais direitos a uma formação superior, nem garantia de que poderão realizar plenamente seus cursos quando ingressam nas universidades (SAWAIA, 2001).

A IES faz a promessa da inclusão no mercado de trabalho com o auspicioso lema “formando profissionais de sucesso”, portanto deve evitar reproduzir os símbolos de exclusão própria de uma realidade social terrível que vê os estudantes de baixa renda e dependentes de trabalho como pessoas de “menor valor”, os quais podem ser mal formados e verem perecidas as esperanças de boa colocação do mercado de trabalho (SAWAIA, 2001).

Tratando-se o CESUT de uma instituição constituída sem fins lucrativos com enfoque no ensino superior, a despeito de cobrar mensalidade para o serviço educacional, como concessionária de cursos de uma fundação pública municipal que não recebe subvenções públicas, seria preponderante superar qualquer elemento de insensibilidade a essa realidade, averiguando objetivamente como a IES se insere na realidade dos estudantes da instituição.

Noutra ponta, a pesquisa de diagnóstico apontou dificuldades de maior e efetiva participação dos acadêmicos na formação sistêmica de aprofundamento na pesquisa e produção científica. Ficou claro, no entanto, que as características da IES não a obrigam a fazer pesquisa e extensão, o que torna limitador do enfoque em pesquisa acadêmica. Mesmo assim, em especial em relação aos estudantes, se registrou demandas por uma formação mais aprofundada e que não seja limitada à sala de aula, com maior investimento em atividades extra-curriculares.

Importante ponderar que as atividades de ensino recebem elogios qualitativos quanto ao destacado comprometimento dos docentes para com a formação dos estudantes, seguidas da apresentação de sugestões para aperfeiçoamento dos métodos de ensino sempre de modo a se tornar mais participativos aos estudantes. Inegável o reconhecimento dos estudantes da importância da IES para a comunidade acadêmica e a sociedade, quando discutidos itens de imagem institucional.

4.2 SUGESTÕES DE MELHORIAS CONVERGENTES ENTRE MEMBROS DA COMUNIDADE ACADÊMICA

O presente capítulo do relatório visa demonstrar objetivamente os itens de sugestão com maior convergência e consenso após submissão à apreciação coletiva. Os itens específicos compõem o jogo de perguntas e respostas apresentadas no questionário indutor de problematização. As sugestões podem ser instrumento útil para melhorias institucionais de acordo com as assertivas do corpo de membros acadêmicos.

A expressão “divergente” que é exposta entre parêntese é resultado da apreciação coletiva em que, embora houvesse votação majoritária, encontrou percentual muito significativo de votos contrários enquanto sugestão de melhoria. Estas situações peculiares podem ser tratadas individualmente através de abertura especial de oportunidade para oitiva da comunidade acadêmica, acerca de sua real necessidade da implantação da melhoria. Nem por isso, estes elementos foram excluídos do resultado do relatório.

Nota-se que os itens apresentados adiante representam a simplificação campos de resposta do questionário indutor, isso de acordo com bloco de perguntas e seu tratamento no diálogo reproduzido após indução. Passa-se a observação dos pontos:

a) **Acesso à pesquisa:** a1) ampliação e renovação do acervo de livros para atender a demanda dos acadêmicos (com participação dos estudantes) – obs.: quanto à biblioteca está em estudo a aquisição de biblioteca digital; a2) ampliação do espaço de estudo e facilitação do acesso ao acervo; a3) aquisição de mais computadores para a biblioteca e; a4) melhorias de acesso à internet no espaço acadêmico;

b) **Ensino:** b1) necessidade de ampliação do espaço de debate e atividades extracurriculares nos horários regulares (realização de eventos, encontros, congressos, etc.); b2) maior participação dos estudantes e ampliação de oportunidades para atividades práticas (este último foi abordado estudantes e professores de Administração) e; b3) realização de senso acadêmico para averiguar cientificamente o perfil do estudante para orientar o projeto pedagógico da IES

c) **Comunicação:** c1) ampliação de medidas participativas na tomada de decisões pela direção, coordenações e comissões; c2) criação de canais para reivindicações de melhorias; melhorar a qualidade da divulgação das decisões e eventos acadêmicos, inclusive

com a participação acadêmica premiada (hora atividade); c3) reformulação do site da instituição (separando-o do Colégio CESUT) e; c4) publicizar as políticas de ensino da IES;

d) **Espaço acadêmico:** d1) disponibilizar material de higiene nos banheiros; d2) instalar ar condicionado nas salas de aula (divergente); d3) melhorar acesso para deficientes à entrada da IES; d4) substituir cadeiras das salas (divergente); d5) instalar ar condicionado na biblioteca; d6) instalar bebedouro na biblioteca; d7) substituir bebedouro do corredor por equipamento de mais fácil uso e; d8) melhorar segurança de acesso à biblioteca.

5 RESULTADO DO ENADE

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) se propõe a avaliar o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua formação. O exame encontra muitas fragilidades, notadamente quanto à metodologia de aplicação. Não obstante tem sido um dos instrumentos governamentais para avaliação do ensino superior.

A recente divulgação do ENADE (CPC/IGC) /2015, confere aos estudantes e ao CESUT “**nota 3**”, o que deve ser visto positivamente em relação à anterior avaliação. Sobretudo por demonstrar que as medidas adotadas pela instituição para melhoria do desempenho dos estudantes no último biênio surtiram os efeitos esperados.

As ações tomadas no sentido e propor grupos de estudo, cursos preparatórios, melhorias nas metodologias de ensino das matérias abordadas nos exames anteriores, dentre outras, significaram uma importante postura institucional de caráter avaliativo, no sentido de superar as dificuldades enfrentadas pela instituição em fortalecer o ensino superior.

A CPA considera oportunas as ações de incentivo à melhora dos resultados no Enade e compreende que deva fazer parte das metas institucionais para elevar os índices apresentados a garantir ensino de qualidade aos estudantes da instituição.

6 POSTURA INSTITUCIONAL EM RELAÇÃO AO RELATÓRIO PRELIMINAR

As CPAs enquanto órgãos institucionais de avaliação interna podem encontrar severas dificuldades em tomar medidas propositivas e críticas em relação às instituições a que pertencem. O exercício de auto-avaliação nem sempre é bem compreendido pelas organizações internas das instituições de ensino.

Contudo, no que se refere ao CESUT os relatórios apresentados demonstraram excelente aceitação interna e passaram a nortear as medidas internas de aperfeiçoamento institucional. A IES ainda encontra dificuldades para a resolução de alguns problemas apresentados pelos estudantes, professores e pessoal administrativo, notadamente pelas dificuldades que uma instituição do interior com apenas dois cursos superiores e número limitado de estudantes.

Em que pese as dificuldades apresentadas, a instituição vem corrigindo metodologias nos processos de comunicação interna e criando alternativas democráticas de participação, com enfoque na evolução das políticas de ensino de modo a colocar o estudante como agente motivador dos métodos e propostas curriculares. Inúmeras atividades extracurriculares foram incluídas e/ou aperfeiçoadas para tornar a relação institucional mais produtiva e socialmente relevante. Ganha destaque as iniciativas de treinamento dos professores tanto sobre a ótica motivacional, enquanto nas abordagens metodológicas de ensino.

Objetivamente, considerando-se os itens de *acesso à pesquisa, ensino, comunicação e espaço acadêmico*, a IES, através de sua direção, vem tomando medidas de correção de acordo com a disponibilidade financeira da instituição, a preferir-se por alternativas de baixo custo sem depreciar a importância da evolução institucional e da qualidade de ensino.

O presente Relatório Final deixa de enumerar os itens de correção uma vez que algumas das medidas estão em plena execução e dependem de avaliação futura da CPA no tocante aos resultados quantitativos e qualitativos. A maior parte das sugestões apresentadas pela CPA e aderidas pela instituição são de resultado de médio e longo prazo, não obstante já demonstrarem maior motivação à comunidade acadêmica em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do autoexame é tarefa das mais difíceis, porquanto carregado subjetividades e classificações opinativas do saber comum. Não obstante, a avaliação própria não deve ser construída sobre a pretensa ideia rasa de ser ela inquestionável e absoluta. Muito pelo contrário, deve ser fruto de uma opção livre e consciente de averiguação das verdades construídas no dia a dia do ambiente das instituições de ensino públicas e privadas. Com essa visão, crê-se que o trabalho de avaliação foi realizado com os instrumentos necessários para uma diagnose importante para a continuidade da tarefa avaliativa e de planejamento a ser realizada constantemente na IES.

Sendo o CESUT uma instituição de ensino superior que exerce atividade educativa por três décadas, contribuindo para a formação de incontáveis pessoas ao longo de sua história, a autocrítica instaura sempre uma reflexão revigorante e inovadora para promoção de alternativas ao ensino, outrora direcionado exclusivamente à satisfação do mercado capitalista.

Embora o País tenha optado por manter uma estrutura econômica liberal e capitalista, contraditoriamente possui um programa eminentemente socializante, bem próprio das sociais-democracias, ao pretender construir uma sociedade mais justa e igual que reduza as desigualdades próprias de um sistema econômico pseudo-meritocrático, fragilizante e excludente, invocando para si a responsabilidade pela promoção e desenvolvimento de todos os brasileiros.

O desafio a que está proposto à Nação acaba por motivar IES a continuar a auxiliar a sociedade na ampliação e efetivação do direito ao acesso a educação plena, cuja atribuição foi importante para a Cidade de Jataí e para toda a região do Sudoeste Goiano desde o início de suas atividades.

Como resultado efetivo desta avaliação, 67% (sessenta e sete) dos entrevistados estão satisfeitos ou totalmente satisfeitos com os rumos institucionais, sendo que 45% (quarenta e cinco por cento), embora satisfeitos concordam com a necessidade de ajustes e melhoramentos para aperfeiçoamento das práticas e objetivos da IES. Apenas 15% (quinze por cento) apresentam insatisfação parcial ou total, trazendo importantes sugestões para o conhecimento das necessidades presentes e futuras da academia. Atenção especial restou para o percentual de desconhecimento do funcionamento, regras, decisões e políticas educacionais,

com 18% (dezoito por cento) de apreço, demonstrando ser decisiva a tomada de medidas que possam ampliar o acesso a informações institucionais.

Considerando, finalmente, os debates propositivos, as iniciativas de as boas práticas institucionais e os reflexos positivos para a região, é possível afirmar que o CESUT tem inúmeros desafios a superar, mas se coloca qualitativamente como uma das mais importantes instituições de ensino do Estado de Goiás, porquanto adjutora no processo de ampliação do conhecimento e dos resultados libertadores e emancipadores que o ensino superior tem para o indivíduo e a sociedade local.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A.J. **Avaliação educacional: regulação e emancipação.** São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. **Constituição Federal.** Presidência da República, Brasília. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 18 mar. 2016.

_____. **Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.** Ministério da Educação e Cultura, Brasília. Disponível em: <<http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm>> Acesso em: 18 mar. 2016.

_____. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Presidência da República, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm> Acesso em: 18 mar. 2016.

CATANI; OLIVEIRA; DOURADO. **A política de avaliação da educação superior no Brasil em questão.** In DIAS SOBRINHO; RISTOFF (org). Avaliação democrática de uma universidade cidadã. Florianópolis: Insular, 2002.

CONTERA, C. **Modelos de avaliação da educação superior.** In: DIAS SOBRINHO; RISTOFF (Org.). Avaliação democrática. Florianópolis: Insular, 2002.

DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da Educação Superior no Mundo Globalizado. Sociedade do Conhecimento ou Economia do Conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

FELIX, G.T. **Reconfiguração dos modelos de universidade pelos formatos de avaliação: efeitos no Brasil e Portugal.** Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

FERNANDES, D. **Para uma teoria de avaliação formativa.** Revista Portuguesa de Educação, 2006.

SAWAIA, B. **Identidade – uma ideologia separatista?** In: SAWAIA, B. (Org.) As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001.

ANEXOS